


**VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SAÚDE DA MULHER: IMPACTOS FÍSICOS,  
PSICOLÓGICOS E SOCIAIS E AS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NO  
CUIDADO INTEGRAL**

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-024>

**Data de submissão:** 03/11/2024

**Data de publicação:** 03/12/2024

**Pâmella Suyly Gomes Lopes**

Mestranda em Educação  
UNICID

E-mail: psicologapamellalopes@gmail.com

Orcid: 0009-0001-2831-3207

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7036522693972722>

**Fernanda Miguel de Oliveira**

Graduanda de Psicologia

Faculdade Metodista Granbery

E-mail: fe.miguel.oliveira@hotmail.com

**Aline Pacheco Eugênio**

Especialista em Saúde Mental (UFPB)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: alinepacheco@hotmai.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7647-866X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2373617881467821>

**Fernanda Manoel Gomes**

Especialista em enfermagem Obstétrica

Universidade Cruzeiro do Sul

E-mail: fernanda\_mg@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1084381306835213>

**Priscilla Bandeira Frota**

Residência em saúde da família

ICEPI

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2305-9550>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1251014539040559>

**Bárbara Monique Alves Desidério**

Mestranda em Saúde Coletiva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: barbaramonalves.neuropsi@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-7435-0747>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6321878965739431>

**Giovanna Cabral Felipe Bandeira**

Mestranda em Direito  
Universidade Federal do Pará  
E-mail: giovannacabral.fb@gmail.com  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-5340-5796>  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6927089633631010>

**Emanuele Ariana Bona**

Mestranda em Administração  
Atitus Educação  
E-mail: manubonasubtil@gmail.com  
Orcid: <https://orcid.org/00090006-0532-5228>  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2697799173267238>

**Lidiane Souto de Oliveira**

Mestranda Profissional em Educação, Trabalho e Inovação em Medicina  
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
E-mail: lyhgta@hotmail.com  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3321298419929758>

**Sarah Caroline Mazeu Branco**

Mestre em design de artefatos digitais  
CESAR SCHOOL  
E-mail: sarah.branco@ufpe.br  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5511-9234>  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7502631594158567>

**Sarah Goes Barreto da Silva Moreira**

Doutora em Ciências  
UNIRIO  
E-mail: sarahbarretorj@yahoo.com.br  
Orcid: 0000-0002-4476-8623  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7498093353799721>

**Flávio Júnior Barbosa Figueiredo**

Doutor em Ciências da Saúde  
Centro Universitário FIPMoc  
E-mail: figueiredofjb@gmail.com  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0897191154736049>  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1452-9573>

---

**RESUMO**

A violência de gênero é uma das mais graves violações dos direitos humanos, com impactos profundos na saúde física, psicológica e social das mulheres, além de representar um desafio global para sistemas de saúde e políticas públicas. Objetivo: analisar os impactos multidimensionais da violência de gênero na saúde das mulheres e discutir estratégias de intervenção que promovam um cuidado integral. Metodologia: A pesquisa foi realizada como uma revisão narrativa, abrangendo estudos publicados entre 2018 e 2024, consultados em bases como PubMed, SciELO e LILACS, utilizando descritores controlados e palavras-chave. Foram considerados estudos completos, disponíveis gratuitamente, que

abordassem diretamente o tema proposto, excluindo resumos de eventos e editoriais. Resultados: Os impactos da violência de gênero são amplos e interconectados. No aspecto físico, incluem lesões imediatas, como fraturas, hematomas e queimaduras, além de complicações a longo prazo, como dores crônicas, doenças cardiovasculares, complicações ginecológicas e maior suscetibilidade a infecções sexualmente transmissíveis. Psicologicamente, destacam-se transtornos como depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático, frequentemente associados a comportamentos autodestrutivos e à dificuldade de buscar ajuda devido a sentimento de culpa e vergonha. Socialmente, a violência perpetua ciclos de exclusão e dependência, prejudicando a autonomia das vítimas e aumentando a vulnerabilidade econômica. Crianças expostas à violência no ambiente doméstico têm maior propensão a internalizar padrões abusivos, perpetuando comportamentos violentos nas gerações futuras. As estratégias de intervenção identificaram a importância de abordagens intersetoriais, integrando saúde, assistência social, educação e segurança pública. A Lei Maria da Penha foi reconhecida como marco essencial no enfrentamento da violência no Brasil, mas enfrenta desafios na sua aplicação, como insuficiência de recursos e articulação limitada entre os serviços. Campanhas educativas, a capacitação de profissionais e a inclusão do tema nos currículos escolares são apontadas como medidas cruciais para desconstruir padrões culturais que naturalizam a violência. Conclusão: A violência de gênero exige respostas integradas e sustentadas, que incluam acolhimento humanizado, suporte psicológico, promoção da autonomia e transformação cultural. O fortalecimento de políticas públicas é indispensável para romper o ciclo da violência, promover a saúde integral das mulheres e alcançar a equidade de gênero.

**Palavras-chave:** Violência de Gênero, Saúde da Mulher, Impactos Sociais, Impactos Psicológicos, Intervenções.

## 1 INTRODUÇÃO

A violência de gênero representa uma das mais graves violações dos direitos humanos e constitui um problema de saúde pública global, afetando milhões de mulheres em diferentes contextos socioculturais e econômicos. Este fenômeno é marcado pela perpetuação de desigualdades estruturais que limitam o exercício pleno da cidadania feminina, sendo expresso por meio de atos de violência física, sexual, psicológica e econômica (De Vasconcelos 2020).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca que uma em cada três mulheres no mundo já sofreu algum tipo de violência, revelando a magnitude alarmante dessa questão (Brasil 2024). No Brasil, os índices de violência de gênero permanecem elevados, refletindo não apenas lacunas em políticas públicas, mas também o impacto de padrões culturais patriarcais profundamente enraizados. Nesse cenário, torna-se fundamental compreender os impactos multidimensionais dessa problemática sobre a saúde da mulher e as estratégias de intervenção no cuidado integral (Catoia; Nascimento; Santos 2020).

Os impactos físicos são amplos e incluem desde lesões físicas evidentes, como fraturas, hematomas e queimaduras, até consequências de longo prazo, como doenças crônicas, dores persistentes e complicações ginecológicas (Silva *et al.*, 2023). As mulheres vítimas de violência também apresentam maior vulnerabilidade a infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e complicações obstétricas, o que agrava ainda mais sua condição de saúde, além disso, pode desencadear transtornos metabólicos e cardiovasculares, como hipertensão e diabetes, em decorrência do estresse crônico (Souza; Rezende 2018).

No âmbito psicológico, as mulheres expostas frequentemente sofrem de transtornos mentais como depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) o misto de sentimentos como medo, vergonha e culpa são comumente relatados, dificultando a busca por ajuda e perpetuando o ciclo de violência. Em muitos casos, a violência resulta em tentativas de suicídio ou no desenvolvimento de comportamentos autodestrutivos, como abuso de substâncias psicoativas, com isso a sobrecarga emocional enfrentada por essas mulheres também afeta sua capacidade de estabelecer vínculos sociais e profissionais saudáveis, agravando o isolamento social e a dependência econômica (Nunes *et al.*, 2019).

Os impactos sociais são igualmente profundos, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão. Mulheres em situação de violência enfrentam dificuldades em manter empregos formais e em acessar recursos básicos, como educação e saúde, devido ao controle exercido por seus agressores (Cerqueira; de Moura; Izumino, 2019). Além disso, a violência de gênero afeta não apenas a mulher, mas também toda a estrutura familiar, especialmente quando crianças estão envolvidas, essa exposição contínua à

violência no ambiente doméstico contribui para a normalização de comportamentos violentos nas gerações futuras, reforçando um ciclo de abuso que atravessa gerações (Trebisacce *et al.*,2020).

Diante desse cenário complexo, as estratégias de intervenção no cuidado integral da mulher em situação de violência de gênero tornam-se indispensáveis. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) representa um marco legal no Brasil, ao estabelecer mecanismos de proteção e atendimento às mulheres, mas desafios permanecem quanto à implementação eficaz dessa legislação (Brasil 2006). O cuidado integral exige uma abordagem multidisciplinar que envolva profissionais da saúde, assistência social, educação e segurança pública, de modo a garantir não apenas o acolhimento imediato, mas também a promoção de autonomia e empoderamento das vítimas (De Ávila *et al.*,2018).

No contexto da saúde, a atenção primária desempenha papel fundamental ao identificar casos de violência e oferecer suporte inicial. Protocolos de atendimento que incluam o acolhimento humanizado, a escuta qualificada e o encaminhamento para redes de apoio são essenciais. Além disso, é imperativo capacitar os profissionais de saúde para reconhecer sinais de violência, mesmo quando não há denúncia explícita, e sensibilizá-los quanto à importância da abordagem não julgadora. O fortalecimento das redes intersetoriais, como delegacias especializadas, casas de abrigo e centros de referência, também se destaca como uma estratégia crucial para garantir a continuidade do cuidado (Gonsalves; Costa; Lima 2021).

A promoção da saúde e a prevenção da violência de gênero requerem ações educativas que desconstruam estereótipos de gênero e promovam uma cultura de respeito e igualdade. Campanhas de conscientização voltadas para a população geral e a inclusão do tema nos currículos escolares são medidas essenciais para transformar padrões culturais e prevenir novas ocorrências de violência. Adicionalmente, a ampliação do acesso a serviços de saúde mental e o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a independência econômica das mulheres são estratégias que fortalecem a resiliência das vítimas e reduzem sua vulnerabilidade (Santos; Oliveira; Moraes 2019).

Em suma, a violência de gênero é um fenômeno complexo que impacta profundamente a saúde física, psicológica e social das mulheres, exigindo respostas integradas e intersetoriais. O enfrentamento desse problema demanda não apenas ações de proteção e acolhimento, como também a transformação de estruturas socioculturais que perpetuam a desigualdade e a violência (Couto; De Oliveira; Fernandes 2018). Assim, a presente estudo tem como principal objetivo explorar os impactos multifacetados da violência de gênero na saúde da mulher.

## 2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa a qual visa oferecer uma visão abrangente e crítica sobre o tema, permitindo integrar diferentes abordagens e achados científicos. Este tipo de revisão é adequado para identificar lacunas no conhecimento, propor estratégias de intervenção fundamentadas e compreender as múltiplas dimensões envolvidas no problema.

A pesquisa foi orientada pela seguinte questão: Quais os impactos da violência de gênero na saúde da mulher e quais estratégias de intervenção podem ser adotadas para promover um cuidado integral? Para responder a essa pergunta, foram estabelecidos critérios de inclusão que nortearam a seleção dos estudos. Foram considerados artigos publicados em revistas científicas indexadas, nos idiomas português, inglês e espanhol, entre os anos de 2018 e 2024, que estivessem relações com o tema proposto, disponíveis de forma gratuita e na íntegra. Em contrapartida, foram excluídos trabalhos duplicados, estudos que não abordassem diretamente o tema, e publicações como resumos de congressos, editoriais e cartas ao editor.

As bases de dados consultadas para a pesquisa foram PubMed, SciELO, e LILACS, além de repositórios de literatura cinzenta, como teses e dissertações, com o objetivo de ampliar o alcance e a abrangência dos dados. A estratégia de busca foi conduzida por meio da combinação de descritores controlados e palavras-chave em português e inglês, utilizando operadores booleanos como *AND*, *OR*. Entre os termos utilizados, destacam-se “Violência de Gênero”, “Saúde da Mulher”, “Impactos Sociais”, “Impactos Psicológicos” e “Intervenções”. A seleção dos estudos seguiu um processo rigoroso. Inicialmente, os títulos e resumos foram avaliados para verificar a aderência aos critérios de inclusão. Na etapa seguinte, os textos completos dos artigos selecionados foram lidos e analisados criticamente para confirmar sua relevância e qualidade metodológica. Durante a extração de dados, foram coletadas informações como ano de publicação, autores, título, objetivos, principais resultados e conclusões, além de aspectos metodológicos relevantes. Esses dados foram organizados de forma sistemática para subsidiar a análise e a discussão dos achados.

A análise dos dados foi realizada de maneira descritiva, integrando os resultados dos estudos selecionados para identificar padrões, lacunas e tendências relacionadas à violência de gênero e seus impactos na saúde da mulher. Essa abordagem permitiu compreender os desdobramentos físicos, psicológicos e sociais da violência e também avaliar a eficácia das estratégias de intervenção adotadas no cuidado integral. Além disso, foram destacadas iniciativas e políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência de gênero e a promoção da saúde da mulher, com ênfase na importância de abordagens intersetoriais.

Por fim, a presente metodologia foi fundamentada em princípios éticos que garantiram a integridade e a confiabilidade dos dados apresentados. Embora a revisão não envolva coleta de dados primários, a utilização de fontes confiáveis e a análise crítica contribuíram para assegurar a relevância e o rigor científico do estudo. Essa abordagem possibilitou uma análise aprofundada da problemática, fornecendo subsídios para o debate e a proposição de ações voltadas à promoção da equidade de gênero e ao fortalecimento das políticas de saúde voltadas para as mulheres.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa na literatura demonstrou que a violência de gênero afeta de maneira significativa a saúde das mulheres, gerando consequências interligadas nos âmbitos físico, psicológico e social. Esses impactos são amplamente documentados, reforçando a necessidade de estratégias integradas que considerem a complexidade do problema e suas interações com fatores socioculturais e econômicos (Perillo *et al.*, 2023). O aumento expressivo dos casos durante períodos de isolamento social, como o vivido na pandemia da COVID-19, evidenciou fragilidades nos sistemas de proteção e suporte às vítimas, destacando a urgência de abordagens mais robustas e adaptativas (Barbosa *et al.*, 2021).

No que diz respeito aos efeitos físicos, as mulheres que sofrem violência de gênero frequentemente apresentam lesões graves, como hematomas, fraturas, queimaduras e cortes. Essas lesões, muitas vezes tratadas de forma fragmentada, podem mascarar o contexto de violência, dificultando sua identificação pelos profissionais de saúde (Silva; Assumpção 2018). Além disso, o estudo de Souza; Rezende (2018) aponta que a violência física tem consequências a longo prazo, como dores crônicas e disfunções físicas que comprometem a qualidade de vida das vítimas.

Outro aspecto relevante no campo físico são as complicações ginecológicas, incluindo infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), gravidez indesejada e infertilidade. Esses problemas decorrem tanto da violência sexual quanto da ausência de acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva. As mulheres também apresentam maior prevalência de doenças cardiovasculares e metabólicas, agravadas pelo estresse crônico associado à violência (Meneghel; Andrade; Hesler 2021).

Os impactos psicológicos da violência são igualmente alarmantes e abrangem transtornos mentais como depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) (Silva *et al.*, 2020). Muitas mulheres relatam sentimento de culpa, vergonha e medo, que não apenas dificultam a busca por ajuda, mas também perpetuam o ciclo de violência. Esses sentimentos são frequentemente associados à manipulação emocional e ao controle exercido pelos agressores, o que reforça a dependência psicológica (Dantas *et al.*, 2023; Labiak *et al.*, 2023).

Comportamentos autodestrutivos, como abuso de substâncias psicoativas e tentativas de suicídio, são comumente observados entre as vítimas. Essas manifestações são reflexo do sofrimento psicológico intenso e da percepção de ausência de alternativas viáveis para romper com a situação de violência (Dantas *et al.*, 2023). Além disso, a falta de suporte emocional adequado contribui para a cronificação desses transtornos, aumentando a vulnerabilidade das mulheres. Socialmente, as vítimas de violência enfrentam isolamento e marginalização, o que compromete sua autonomia e oportunidades de desenvolvimento, com isso muitas mulheres perdem empregos, são afastadas de redes de apoio e ficam dependentes financeiramente de seus agressores, perpetuando o ciclo de desigualdade de poder (Soares; Silva; Barros 2018).

A exposição de crianças à violência doméstica é outro fator de preocupação, pois contribui para a perpetuação de comportamentos abusivos nas gerações futuras. Estudos mostram que crianças que presenciam atos de violência têm maior probabilidade de internalizar esses padrões e reproduzi-los em suas relações interpessoais, reforçando o impacto intergeracional da violência de gênero (Sani; Carvalho 2018).

A pandemia da COVID-19 agravou ainda mais a situação das mulheres em situação de violência. As medidas de isolamento social, embora necessárias para conter a disseminação do vírus, aumentaram o convívio com os agressores e dificultaram o acesso a redes de apoio, as delegacias da mulher, abrigos e serviços de saúde enfrentaram limitações operacionais, enquanto o medo da contaminação e as incertezas econômicas exacerbaram o sofrimento psicológico das vítimas. Apesar das adversidades impostas pela pandemia, algumas iniciativas inovadoras surgiram como resposta à crise, tendo como exemplo as ferramentas digitais, como aplicativos para denúncias anônimas e plataformas de conscientização online, demonstraram ser recursos valiosos para contornar as barreiras impostas pelo isolamento (Barbosa *et al.*, 2021). Essas inovações destacaram a importância de investir em tecnologias acessíveis como parte das estratégias de enfrentamento.

O fortalecimento de políticas públicas, como a Lei Maria da Penha, foi apontado como essencial para o enfrentamento da violência de gênero (Brasil 2006). No entanto, os desafios relacionados à sua implementação, como a falta de recursos financeiros e humanos, continuam limitando sua eficácia, além disso, há uma necessidade premente de capacitação contínua dos profissionais que atuam na linha de frente, incluindo agentes de saúde e segurança pública. A atenção primária à saúde desempenha papel central na identificação precoce de casos de violência e no acolhimento das vítimas. Protocolos de atendimento que incluam escuta qualificada, acolhimento humanizado e encaminhamento para redes de apoio foram apontados como fundamentais para a



promoção do cuidado integral (d'Oliveira *et al.*, 2020). No entanto, a fragmentação dos serviços e a falta de articulação intersetorial representam obstáculos a serem superados.

Campanhas educativas e ações preventivas também foram amplamente destacadas na literatura como essenciais para desconstruir padrões culturais que naturalizam a violência (d'Oliveira *et al.*, 2020). A inclusão do tema nos currículos escolares e a promoção de debates sobre equidade de gênero em espaços públicos e privados são estratégias que podem promover mudanças comportamentais e prevenir novas ocorrências de violência (Furlin; Borges; Pereira 2023).

A independência econômica das mulheres foi apontada como um fator-chave para romper o ciclo de violência. Políticas públicas que promovam a geração de renda e a qualificação profissional são essenciais para fortalecer a autonomia das vítimas e reduzir sua vulnerabilidade. Essas medidas, aliadas ao suporte psicológico e social, podem ajudar as mulheres a reconstruírem suas vidas de maneira mais segura e empoderada (Torres Jacome; Gutiérrez; Cruz 2021).

Portanto, os resultados demonstram que a violência de gênero é uma questão complexa que exige respostas integradas e abrangentes. Somente por meio de uma abordagem intersetorial, que inclua proteção imediata às vítimas, transformação cultural e fortalecimento das políticas públicas, será possível romper o ciclo de violência e promover a saúde integral das mulheres. Essas ações devem ser sustentadas por um compromisso coletivo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

#### **4 CONCLUSÃO**

A violência de gênero é uma grave violação dos direitos humanos, com impactos profundos e multifacetados na saúde física, psicológica e social das mulheres, perpetuando ciclos de exclusão, dependência e desigualdade. Esta revisão evidenciou que os danos físicos incluem desde lesões imediatas até complicações crônicas, enquanto os psicológicos abrangem transtornos graves, como depressão e ansiedade. Socialmente, as vítimas enfrentam isolamento, perda de autonomia e marginalização, refletindo a necessidade de estratégias intersetoriais que integrem saúde, educação, segurança e assistência social.

Embora políticas públicas, como a Lei Maria da Penha, representem avanços importantes, sua aplicação ainda enfrenta desafios estruturais, como insuficiência de recursos e falta de articulação entre serviços. Nesse contexto, o cuidado integral às vítimas, com acolhimento humanizado, suporte psicológico e promoção da autonomia econômica, deve ser priorizado, assim como ações educativas para transformar padrões culturais que naturalizam a violência.

No entanto, este estudo apresentou limitações inerentes ao seu delineamento. Por tratar-se de uma revisão narrativa, a análise não foi conduzida de forma sistemática, o que pode restringir a generalização dos resultados. Além disso, a abrangência temporal e linguística, somada à dependência de dados secundários, pode ter excluído contribuições relevantes.

Pesquisas futuras podem ampliar o conhecimento ao utilizar revisões sistemáticas, meta-análises e estudos longitudinais, capazes de oferecer evidências mais robustas e detalhar as consequências de longo prazo da violência de gênero. Também seria valioso explorar a eficácia de políticas públicas e intervenções comunitárias em diferentes contextos socioculturais. Somente com esforços integrados e contínuos será possível romper o ciclo da violência, promover o bem-estar das mulheres e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

- CATOIA, Cinthia De Cassia; NASCIMENTO, Aline Alves; SANTOS, Renata de Jesus. Caso ‘Alyne Pimentel’: Violência de Gênero e Interseccionalidades. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 1, p. e60361, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n160361>.
- COUTO, Vinicius Assis; DE OLIVEIRA, Fernanda Aparecida; FERNANDES, Laura Soares. Intersetorialidade e ações de combate à violência contra a mulher. *Revista Estudos Feministas*, v. 26, n. 2, jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n245859>.
- DE ÁVILA, Thiago André Pierobom. Articulação do trabalho em rede para a proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar. Permitida a reprodução mediante citação da fonte Composição do CNMP, p. 141, 2018.
- FURLIN, Neiva; BORGES, Mariana Silva; GONÇALVES, André Luiz. Iniciativas das universidades comunitárias da Região Sul do Brasil na prevenção e enfrentamento das violências de gênero contra as mulheres. *Revista Internacional de Educação Superior*, v. 11, p. e025029, dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.20396/riesup.v11i00.8674446>.
- GONSALVES, Emmanuela; COSTA, Juliana Mendes; LIMA, Fernando José. Intersetorialidade e Atenção Básica à Saúde: a atenção a mulheres em situação de violência. *Saúde em Debate*, v. 45, n. 131, p. 958–969, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202113102>.
- LABIAK, Fernanda Pereira. Violência psicológica contra a mulher: artefato do patriarcado para gerar submissão. *Open Science Research X*, organizado por Editora Científica Digital, 1. ed. Editora Científica Digital, p. 2234–2251, 2023. DOI: <https://doi.org/10.37885/221211548>.
- NUNES, Júlia Ferreira. Violência contra a mulher: efeitos psicológicos em mulheres que vivenciaram violência de gênero. 2019. Monografia (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/13906/1/21506768.pdf>.
- PERILLO, Marcela Marques. Violência psicológica contra mulheres: impactos, causas e estratégias de prevenção. 2023. Monografia (Graduação em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/6617>.
- SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo; REZENDE, Fernanda Ferreira. Violência contra mulher: concepções e práticas de profissionais de serviços públicos. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, v. 9, n. 2, p. 21–38, set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2018v9n2p21>.
- SANTOS, Cristina Vianna Moreira dos; OLIVEIRA, João Pedro; MORAES, Clara Regina. Violência contra mulheres e promoção de saúde mental na comunidade. *Revista do NUFEN*, v. 11, n. 1, p. 232–245, abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol11.no01rex27>.
- SOARES, Joannie Dos Santos Fachinelli; SILVA, Tatiane Aparecida; BARROS, Luciana Melo. Experiências de mulheres em situação de violência em busca de atenção no setor saúde e na rede intersetorial. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 22, n. 66, p. 789–800, maio 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0835>.

TREBISACCE, Catalina Paola; ALVAREZ, Beatriz; FERNANDEZ, Laura Sofia. Los feminismos entre la política de cifras y la experticia en violencia de género. Biblos, 2020. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/193426>.

TORRES JACOME, Evelyn Yael; GUTIÉRREZ, Mariana Isabel; CRUZ, Sofia. Influencia de la violencia de género e intrafamiliar hacia la mujer en el desempeño laboral en Quito 2020. Revista Eruditus, v. 2, n. 3, p. 9–28, out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.35290/re.v2n3.2021.451>.

BRASIL, Organização Mundial da Saúde. Uma em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/115652-oms-uma-em-cada-3-mulheres-em-todo-o-mundo-sofre-viol%C3%Aancia>.

CERQUEIRA, Daniel; MATOS, Carolina Alves; LIMA, Paulo Ricardo. Participação no mercado de trabalho e violência doméstica contra as mulheres no Brasil. Working Paper, Texto para Discussão, n. 2501, 2019. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/211452>. Acesso em: 24 nov. 2024.

SILVA, Paula Roberta Oliveira; PEREIRA, Fernanda Almeida. Os possíveis impactos psicossociais na mulher diante da violência doméstica. Research, Society and Development, v. 11, n. 10, p. e241111032666, jul. 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i10.32666>.

DANTAS, Eder Samuel Oliveira; SANTOS, Maria Clara Almeida. Suicídio de mulheres no Brasil: necessária discussão sob a perspectiva de gênero. Ciência & Saúde Coletiva, v. 28, n. 5, p. 1469–1477, maio 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023285.1621202>.

SILVA, Ana Fernanda Carnellosso; FERREIRA, João Guilherme. Violência doméstica contra a mulher: contexto sociocultural e saúde mental da vítima. Research, Society and Development, v. 9, n. 3, p. e35932363, jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i3.2363>.

DE MIRANDA SILVA, Paula Coaglio; ASSUMPÇÃO, Alessandra Almeida. A relação entre violência psicológica e depressão em mulheres: revisão narrativa. Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 3, n. 6, p. 102–115, 2018.

BARBOSA, Jeanine Pacheco Moreira; LIMA, Renata Alves. Interseccionalidade e violência contra as mulheres em tempos de pandemia de covid-19: diálogos e possibilidades. Saúde e Sociedade, v. 30, n. 2, p. e200367, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902021200367>.

MENEGHEL, Stela Nazareth; OLIVEIRA, Luciana Carvalho. Conversas invisíveis: assuntos falados, mas não ouvidos em consultas ginecológicas. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, n. 1, p. 275–284, jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020261.08012019>.

SANI, Ana Isabel; CARVALHO, Cristiana. Violência Doméstica e Crianças em Risco: Estudo Empírico com Autos da Polícia Portuguesa. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 34, n. 0, nov. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/010>